

PMS	FMLI	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
A Tarde		
Data		
11.09.02		
Caderno	Página	
1000	4	
Seção		
Assunto		
Centro Histórico Preservação		

Tempo deteriora fachadas de azulejos no Centro Histórico

SEM CRITÉRIO
As intervenções impróprias são outro fator que causa estragos

JOSÉ CASTRO

Florais ou geométricos, belos ou não, o fato é que, sob a ação diária dos raios solares e à mercê das variações climáticas da capital baiana, parte do patrimônio arquitetônico da humanidade deteriora-se sem que nenhuma providência seja tomada. No bairro do Santo Antônio Além do Carmo, na área do Centro Histórico, todas as casas ou sobrados que ostentam azulejos do século XIX em sua fachada já sofreram agressões ou padecem da falta de manutenção.

A técnica de azulejaria nasceu na civilização mesopotâmica por volta do ano 1000 a.C. e foi levada pelos árabes para Portugal e Espanha durante o domínio mouro (entre os séculos VIII e XVII). A bordo das caravelas aportaram na América portuguesa, que teve em Salvador sua sede durante séculos. Os tantos prediados estéticos ou históricos, entretanto, ainda não bastaram para salvar os sete imóveis que ostentam azulejos do período em questão.

Um deles está situado na Rua Siqueira Campos (nº 29 ou 166), outro na Rua dos Marchantes (nº 31). Na Rua dos Adobes estão um sobrado e uma casa (nº 12 e nº 33, respectivamente). Outro três ficam na Ladeira do Boqueirão (dois onde funcionará um prédio da Assembléia de



Foto: Arlindo Félix

Destaques do patrimônio arquitetônico, casas azulejadas estão em ruínas ou descaracterizadas

Deus e um no nº 4). Na Rua Direita do Santo Antônio existem mais dois (nº 19 e nº 129).

A TARDE procurou dois órgãos públicos para saber quais os seus encargos e obrigações no que tange a esta parte do patrimônio: o Ipac (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) e o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). As duas instituições citaram o artigo 25 da legislação sobre o patrimônio histórico, redigida em 1937, que diz ser

do proprietário a responsabilidade pela manutenção do imóvel que ocupa.

“Se o proprietário não tiver condições financeiras a responsabilidade recai sobre a União ou então o proprietário envia um projeto de reforma”, completa a coordenadora regional do Iphan, Adalgiza d'Eça, acrescentando que “o Iphan busca, na medida do possível, fiscalizar”. Nos imóveis do Boqueirão é traço comum colocar cimento nas falhas de azulejos, descaracterizando o casario colonial. A

Coelba também ajudou a deteriorar, ao colocar fiações e adereços de recepção de luz elétrica nas fachadas.

O vice-presidente da Associação dos Proprietários de Imóveis Tombados (Apito), Dimitri Ganzeilevitch, acha que os órgãos poderiam ser menos “contemplativos” e mais atuantes. “Isso que fazem com o Santo Antônio é um desrespeito. Estão sem manutenção fachadas históricas, representantes de um período da história do Brasil, e continuam roubando azulejo”.